

Telefônica

Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

CNPJ nº 35.473.014/0001-07

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Cumprindo às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados de acordo com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS) e com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Finalmente, a administração da Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pelo apoio e confiança depositados, em especial aos funcionários, pela dedicação e esforços empreendidos.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativo circulante		523.002	471.964	585.828	546.562
Caixa e equivalentes de caixa	4	76.590	59.121	101.785	26.408
Contas a receber	5	168.684	173.369	199.855	214.735
Créditos com partes relacionadas	24	13.134	477	13.134	2.859
Despesas antecipadas	8	238.690	196.299	244.521	11.258
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6	786	17.797	786	119
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	7	24.408	24.092	24.892	-
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	229	-	-
Outros ativos		710	560	855	-
Ativo não circulante		296.929	15.347	355.598	290.678
Realizável a longo prazo		100.040	607	100.038	97
Despesas antecipadas	8	977	546	977	118
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	7	-	45	-	119
Instrumentos financeiros derivativos	25	1.840	-	1.840	119
Outros ativos	1.b	97.209	14	97.209	119
Investimentos	9	153.626	-	-	119
Imobilizado	10	16.645	14.369	17.597	119
Intangível	11	26.618	371	237.963	119
TOTAL DO ATIVO		819.931	487.311	941.426	819.931
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Passivo circulante		504.140	465.918	546.562	504.140
Pessoal, encargos e benefícios sociais	12	19.257	17.841	26.408	19.257
Fornecedores	13	214.735	222.188	236.850	214.735
Imposto de renda e contribuição social a recolher	6	2.859	-	3.715	2.859
Impostos, taxas e contribuições a recolher	14	11.258	26.488	12.907	11.258
Provisões	15	119	-	119	119
Empréstimos e Financiamentos, Arrendamentos e Outros Credores	16	18.443	11.848	20.829	18.443
Recettas diferidas	17	232.960	184.574	240.370	232.960
Obrigações com partes relacionadas	24	1.166	262	1.166	1.166
Outros passivos		3.343	2.717	4.198	3.343
Passivo não circulante		290.678	4.122	369.751	290.678
Pessoal, encargos e benefícios sociais	12	97	118	97	97
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	33.051	-	12.414	33.051
Provisões	15	180	-	97.390	180
Empréstimos e Financiamentos, Arrendamentos e Outros Credores	16	256.389	1.745	258.889	256.389
Outros passivos	17	961	16	961	961
TOTAL DO PASSIVO		794.818	470.040	916.313	794.818
Patrimônio líquido		25.113	17.271	25.113	25.113
Capital social	18	104.000	104.000	104.000	104.000
Reserva de capital	18	(3.109)	(3.109)	(3.109)	(3.109)
Prejuízos acumulados		(75.778)	(83.620)	(75.778)	(83.620)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		819.931	487.311	941.426	819.931
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

LUCRO (PREJUÍZO)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Lucro operacional líquido	19	1.180.841	969.827	1.244.499	1.244.499
Custos dos serviços prestados	20	(1.127.761)	(933.494)	(1.176.228)	(933.494)
Lucro bruto		53.080	36.333	68.271	36.333
Despesas operacionais		(31.903)	(47.413)	(47.413)	(47.413)
Despesas com comercialização		(14.085)	(32.854)	(15.500)	(32.854)
Despesas gerais e administrativas	20	(14.594)	(27.110)	(32.518)	(27.110)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		655	(5.051)	605	(5.051)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(3.879)	-	-	-
Lucro (prejuízo) operacional		21.177	(11.282)	20.858	(11.282)
Resultado financeiro, líquido	21	989	6.648	1.036	6.648
Lucro (prejuízo) antes dos tributos		22.166	(4.634)	21.894	(4.634)
Imposto de renda e contribuição social	6	(14.355)	-	(14.082)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		7.812	(4.614)	7.812	(4.614)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		7.812	(4.614)	7.812	(4.614)
Outros resultados abrangentes líquidos que não podem ser reclassificados para resultado em exercícios subsequentes		30	110	30	110
Ganhos atuais e efeitos da limitação de ativos dos planos superavitários	23	30	110	30	110
Resultado abrangente do exercício		7.842	(4.504)	7.842	(4.504)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

FLUXOS DE CAIXA	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		22.166	(4.614)	21.894	(4.614)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos		22.166	(4.614)	21.894	(4.614)
Ajustes de:					
Depreciações e amortizações	20	8.670	13.629	11.577	13.629
Variações cambiais de empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros	16	2.598	-	2.598	-
Variações monetárias de ativos e passivos		49	120	1.625	120
Resultado de equivalência patrimonial	9	3.879	-	-	-
Ganhos na baixa / alienação de ativos		-	-	(77)	-
Perdas estimadas para a redução ao valor recuperável das contas a receber	20	2.804	8.793	2.135	8.793
Mudanças em provisões passivas (fornecedores)		28.164	(22.250)	28.164	(22.250)
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	23	15	23	15	23
Provisões para demandas tributárias, trabalhistas e civis	15	399	-	399	-
Despesas de juros e variação cambial com instrumentos financeiros derivativos		(3.200)	(229)	(3.200)	(229)
Despesas de juros (empréstimos, financiamentos, arrendamentos e outros credores)	16	5.928	714	6.002	714
Outros		775	-	-	-
Variações nos ativos e passivos		1.901	(68.753)	(1.424)	(68.753)
Caixa a receber		(3.146)	(8.604)	(3.442)	(8.604)
Tributos a recuperar		(55.629)	37.070	(60.316)	37.070
Despesas antecipadas e outros ativos		(38.044)	(29.474)	(34.965)	(29.474)
Fornecedores		(150)	-	(150)	-
Pagamentos de provisões para demandas tributárias, trabalhistas e civis		2.925	11.395	3.326	11.395
Impostos, taxas e contribuições		48.633	60.320	53.604	60.320
Recettas diferidas e outros passivos		9.642	6.543	9.626	6.543
Caixa gerado nas operações		30.134	2.129	31.930	2.129
Pagamento de juros sobre empréstimos e arrendamentos	16	(529)	(31)	(529)	(31)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(9.762)	-	(10.102)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		19.843	2.098	20.899	2.098
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(2.937)	(7.747)	(3.051)	(7.747)
Aquisições de imobilizado e intangível		(85.007)	-	(60.007)	-
Aumento de capital em controlada		-	20.000	-	20.000
Caixa recebido pela alienação de investimentos		-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa por aquisição de sociedade		-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(87.944)	12.253	(63.045)	12.253
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		85.570	(12.074)	84.820	(12.074)
Ingressos de empréstimos e financiamentos	16	90.000	-	90.000	-
Pagamento de arrendamentos - principal	16	(6.020)	(12.074)	(6.770)	(12.074)
Reccebimentos dos instrumentos financeiros derivativos	25	1.595	-	1.595	-
Pagamentos dos instrumentos financeiros derivativos		(5)	-	(5)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		85.570	(12.074)	84.820	(12.074)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa, líquidos		17.469	2.277	42.664	2.277
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		59.121	56.844	59.121	56.844
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		76.590	59.121	101.785	59.121
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Capital social		Reserva de capital		Prejuízos acumulados		Total do patrimônio líquido	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022		104.000	-	-	-	-	-	104.000	-
Aporte de capital à vista pela TC&CT		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital, após a integralização do total do capital social	18	-	20.000	-	-	-	-	20.000	-
Outros resultados abrangentes - planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	23	-	-	-	-	110	110	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(4.614)	(4.614)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		104.000	-	-	-	(3.109)	(83.620)	17.271	-
Outros resultados abrangentes - planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	23	-	-	-	-	30	30	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.812	7.812	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		104.000	-	-	-	(3.109)	(75.778)	25.113	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras									

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Capital social		Reserva de capital		Prejuízos acumulados		Total do patrimônio líquido	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022		104.000	-	-	-	-	-	104.000	-
Aporte de capital à vista pela TC&CT		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital, após a integralização do total do capital social	18	-	20.000	-	-	-	-	20.000	-
Outros resultados abrangentes - planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	23	-	-	-	-	110	110	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(4.614)	(4.614)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		104.000	-	-	-	(3.109)	(83.620)	17.271	-
Outros resultados abrangentes - planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	23	-	-	-	-	30	30	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.812	7.812	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		104.000	-	-	-	(3.109)	(75.778)	25.113	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras									

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Capital social		Reserva de capital		Prejuízos acumulados		Total do patrimônio líquido	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022		104.000	-	-	-	-	-	104.000	-
Aporte de capital à vista pela TC&CT		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital, após a integralização do total do capital social	18	-	20.000	-	-	-	-	20.000	-
Outros resultados abrangentes - planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	23	-	-	-	-	110	110	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(4.614)	(4.614)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		104.000	-	-	-	(3.109)	(83.620)	17.271	-
Outros resultados abrangentes - planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	23	-	-	-	-	30	30	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.812	7.812	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		104.000	-	-	-	(3.109)	(75.778)	25.113	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras									

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Capital social		Reserva de capital		Prejuízos acumulados		Total do patrimônio líquido	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022		104.000	-	-	-	-	-	104.000	-
Aporte de capital à vista pela TC&CT		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital, após a integralização do total do capital social	18	-	20.000	-	-	-	-	20.000	-
Outros resultados abrangentes - planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	23	-	-	-	-	110	110	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(4.614)	(4.614)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		104.000	-	-	-	(3.109)	(83.620)	17.271	-
Outros resultados abrangentes - planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	23	-	-	-	-	30	30	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.812	7.812	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		104.000	-	-	-	(3.109)	(75.778)	25.113	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras									

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Capital social		Reserva de capital		Prejuízos acumulados		Total do patrimônio líquido	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022		104.000	-	-	-	-	-	104.000	-
Aporte de capital à vista pela TC&CT		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital, após a integralização do total do capital social	18	-	20.000	-	-	-	-	20.000	-
Outros resultados abrangentes - planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	23	-	-	-	-	110	110	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(4.614)	(4.614)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		104.000	-	-	-	(3.109)	(83.620)	17.271	-
Outros resultados abrangentes - planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	23	-	-	-	-	30	30	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.812	7.812	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		104.000	-	-	-	(3.109)	(75.778)	25.113	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras									

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Capital social		Reserva de capital		Prejuízos acumulados		Total do patrimônio líquido	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022		104.000	-	-	-	-	-	104.000	-
Aporte de capital à vista pela TC&CT		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital, após a integralização do total do capital social	18	-	20.000	-	-	-	-	20.000	-
Outros resultados abrangentes - planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	23	-	-</						

continuação

Telefônica

Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

CNPJ nº 35.473.014/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

- Ativos intangíveis de vida útil indefinida (ágios) não são amortizados, mas testados anualmente em relação à sua capacidade de gerar benefícios econômicos. A vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é efetuada de forma prospectiva. Ágios gerados na aquisição de investimentos são tratados como intangíveis de vida útil indefinida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo foi baixado.

a) Análise de recuperabilidade dos ativos, não financeiros

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) que reflete a taxa ponderada entre (i) o custo de capital (incluindo riscos específicos) com base no *Capital Asset Pricing Model* ("CAPM") (Modelo de Precificação de Ativos); e (ii) de dívida, sendo estes componentes aplicáveis ao ativo antes dos tributos.

O valor justo líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído. Caso a indicação existir, a Companhia e sua controlada estimam o valor recuperável do ativo.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos ativos indicados:

- Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.
- Ativos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano, ou sempre que houver indicativos de perda, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.
- Avaliação do valor em uso dos ativos imobilizados, ágios e intangíveis: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso através da metodologia de fluxo de caixa descontado são: (i) receitas (projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Empresa nos mercados neste mercado); (ii) custos e despesas variáveis (projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia e sua controlada, bem como com o crescimento histórico das receitas); e (iii) investimentos de capital (estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços).

Premissas utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas: (i) crescimento da receita; (ii) taxas de desconto; e (iii) taxa de crescimento na perpetuidade.

Teste de recuperabilidade dos ágios

Anualmente, a Companhia e sua controlada avaliarão a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o custo do valor em uso.

O processo de determinação do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuras e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa são baseadas em estimativas da Administração, estudos de mercado e de projeções macroeconômicas. Os fluxos de caixa futuros são descontados com base no WACC.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se as premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 5 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de seu fluxo de caixa.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto de 11,4% e 12,0%, que antes dos tributos equivalem a 13,25% e 14,04% em 2024 e 2023, respectivamente, também em valores nominais. A taxa de crescimento nominal utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi de 4,0% a.a. em 2024 e 2023.

A taxa de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados foi de 3,0% a.a. em 2024 e 2023. As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e sua controlada e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos da Companhia e sua controlada, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

i) Pessoal, remunerações e benefícios sociais

Os salários, remunerações e participação nos resultados são negociados em acordos coletivos de trabalho, sendo adicionados os encargos e contribuições sociais correspondentes e apropriados pelo regime de competência. O programa de participação nos resultados para os empregados é baseado em metas operacionais e financeiras da Companhia, sendo reconhecida uma provisão quando forem satisfeitas as premissas para sua contabilização.

Os custos e despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais são contabilizados como custo dos serviços prestados, despesas comerciais ou despesas gerais e administrativas (nota 20).

j) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens, serviços ou mercadorias que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

A Companhia ou sua controlada não possuem acordos de financiamento com fornecedores.

k) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os contrapontos depósitos judiciais e são classificadas como trabalhistas, tributárias e cíveis. Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os contrapontos depósitos judiciais e são classificadas como trabalhistas, tributárias e cíveis. Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os contrapontos depósitos judiciais e são classificadas como trabalhistas, tributárias e cíveis. Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

p) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia e sua controlada revisam suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um efeito significativo no valor contábil dos ativos e passivos.

Além das premissas críticas sobre combinação de negócios, descritas na nota 1.b), apresentamos outras estimativas e julgamentos contábeis críticos da Companhia e sua controlada:

p.1) Perda estimada para redução ao valor recuperável

Após determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia e sua controlada acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados podem ser diferentes.

p.2) Ativo imobilizado e intangível

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

p.3) Arrendamentos

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão. A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão.

A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar os contratos de arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benefícios ou customizações significativas no ativo arrendado).

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponível, e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia.

p.4) Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

A determinação dos planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revistas anualmente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

p.5) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível.

Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora	Consolidado
	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e contas bancárias	470	286
Aplicações financeiras	76.120	58.835
Total	76.590	59.121

As aplicações financeiras são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compensadas com Benefícios Definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revistas anualmente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

p.5) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível.

Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

p.6) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os contrapontos depósitos judiciais e são classificadas como trabalhistas, tributárias e cíveis. Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tal

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como a perda, observada a natureza de cada provisão.

continuação

Telefônica

Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

CNPJ nº 35.473.014/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios fíndos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

a.3) Passivos pela aquisição da IPNET

O montante da contraprestação total transferida pela aquisição em 2024 da IPNET pela Companhia, incluídos os ajustes de preços acordados entre as partes, foi de R\$223.799, sendo atualizado pela variação da taxa IPCA / SELIC ocorrida entre a data da transação e o respectivo pagamento. Deste montante, R\$60.007 foram pagos à vista no momento da conclusão da transação e o restante será pago conforme cláusulas contratuais.

Outros credores (empresas do grupo)

a.4) Contrato de mútuo com Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech ("TC&CT")

Em 26 de setembro de 2024, a Companhia e a Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech (empresa do Grupo Telefônica), celebraram um contrato de mútuo no montante de 7.394 mil euros (equivalente a R\$44.991, valor principal), para que a Companhia tenha capacidade financeira para cumprir as obrigações pela aquisição da IPNET.

O valor principal, será corrigido diariamente, até a data da efetiva liquidação, pela taxa de Euribor 6M + 240 p.b. ao ano, desde a data de disponibilização do principal até a data do seu efetivo pagamento ("juros"). Os juros serão pagos semestralmente a partir de 27 de março de 2025 e o principal será pago em 27 de setembro de 2027.

Para mitigar a exposição ao risco foi contratado um *swap* trocando a totalidade da variação cambial e dos juros por CDI + 1,795% a.a..

a.5) Contrato de mútuo com a Telefônica Brasil

Em 27 de setembro de 2024, a Companhia e a Telefônica Brasil, celebraram um contrato de mútuo no montante R\$45.009 para que a Companhia tenha capacidade financeira para cumprir as obrigações pela aquisição da IPNET.

O valor principal, será corrigido diariamente, até a data da efetiva liquidação, pela taxa de CDI + 1.50% a.a., desde a data de disponibilização do principal até a data do seu efetivo pagamento ("juros"). Os juros serão pagos semestralmente a partir de 27 de março de 2025 e o principal será pago em 27 de setembro de 2027.

16.b. Cronograma de pagamentos (não circulante)

Ano	Consolidado			
	Arrendamentos	Instituições financeiras	Passivos pela aquisição de sociedades (empresas do grupo)	Outros credores (empresas do grupo)
2026	765	2.500	13.184	16.449
2027	-	-	28.398	93.324
2028	-	-	28.398	-
2029	-	-	92.320	-
Total	765	2.500	162.300	93.324

16.c. Movimentações

Ano	Arrendamentos	Instituições financeiras	Passivos pela aquisição de sociedades (empresas do grupo)	Outros credores (empresas do grupo)	Total
	Arrendamentos	financeiras	da IPNET	do grupo)	Total
Saldo em 31.12.22 - Controladora	19.399	-	-	-	19.399
Ingressos	5.585	-	-	-	5.585
Encargos financeiros (nota 21)	714	-	-	-	-
Baixas (pagamentos) de principal	(12.074)	-	-	-	(12.074)
Baixas (pagamentos) de encargos	(31)	-	-	-	(31)
Saldo em 31.12.23 - Controladora	13.593	-	-	-	13.593
Ingressos	5.469	-	-	-	5.469
Combinação de negócios (nota 1.b)	-	5.563	163.792	90.000	169.355
Encargos financeiros (nota 21)	677	73	2.400	2.852	6.002
Variação cambial (nota 21)	-	-	-	2.598	2.598
Baixas (pagamentos) de principal	(6.020)	(750)	-	-	(6.770)
Baixas (pagamentos) de encargos	(529)	-	-	-	(529)
Saldo em 31.12.24 - Consolidado	13.190	4.886	166.192	95.450	279.718

17. RECEITAS DIFERIDAS

São os passivos contratuais com clientes, decorrentes da comercialização de licenças de software de serviços de *cloud computing*, sendo diferidos ao resultado na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado era de R\$104.000, representado por 510.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 255.051 ações ordinárias de titularidade da Telefônica Brasil e 254.949 ações ordinárias de titularidade da TC&CT.

b) Reserva de capital

Refere-se ao ajuste a valor presente dos valores, decorrente da celebração do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações, por meio do qual a Companhia alienou parte das ações de sua titularidade e de emissão da Companhia, para a TC&CT.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
	2024	2023	2024	2023
Receita operacional bruta	1.328.299	1.092.373	1.399.294	1.092.373
Serviços	1.328.299	1.092.373	1.399.294	1.092.373
Deduções da receita operacional bruta	(147.458)	(122.546)	(154.795)	(122.546)
Tributos	(147.450)	(122.482)	(154.798)	(122.482)
Descontos concedidos	(8)	(64)	(3)	(64)
Receita operacional líquida	1.180.841	969.827	1.244.499	969.827

20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
	2024	2023	2024	2023
Serviços de terceiros, materiais e outros custos e despesas	(1.035.157)	(851.391)	(1.086.278)	(851.391)
Depreciação e amortização ⁽ⁱ⁾	(9.445)	(13.629)	(11.577)	(13.629)
Pessoal	(109.034)	(102.245)	(124.256)	(102.245)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável em contas a receber (nota 5)	(2.804)	(8.793)	(2.135)	(8.793)
Total	(1.156.440)	(976.058)	(1.224.246)	(976.058)
Custo dos serviços prestados	(1.127.761)	(933.494)	(1.176.228)	(933.494)
Despesas com comercialização	(14.085)	(32.854)	(15.500)	(32.854)
Despesas gerais e administrativas	(14.594)	(9.710)	(22.518)	(9.710)
Total	(1.156.440)	(976.058)	(1.224.246)	(976.058)

(1) Inclui R\$4.710 e R11.120, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente, referente à depreciação de arrendamentos.

21. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
	2024	2023	2024	2023
Receitas Financeiras	-	-	-	-
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 25)	8.607	250	8.607	250
Receitas de aplicações financeiras	9.165	7.777	9.542	7.777
Receitas com variações cambiais e monetárias	1.687	882	3.321	882
Juros ativos e outras receitas financeiras	2.149	2.458	1.171	2.458
Total	20.608	11.367	22.641	11.367
Despesas Financeiras	-	-	-	-
Encargos de empréstimos, financiamentos, arrendamentos e outros credores (nota 16)	(5.928)	(714)	(6.002)	(714)
Despesas com variações monetárias de provisões para contingências (nota em vigor em 31 de dezembro de 2024 estão detalhadas a seguir)	(50)	-	(1.626)	-
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 25)	(6.015)	(21)	(6.015)	(21)
Variações cambiais de mútuo com empresa do grupo (nota 16)	(2.598)	-	(2.598)	-
Outras despesas com variações cambiais e monetárias	(2.585)	(971)	(2.595)	(971)
Juros passivos e outras despesas financeiras	(2.443)	(2.793)	(2.770)	(2.793)
Total	(19.619)	(4.499)	(21.605)	(4.499)
Resultado financeiro, líquido	989	6.868	1.036	6.868

22. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

A controladora indireta da Companhia, Telefônica S.A. ("Telefônica"), mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações (*Talent for the Future Share Plan* ("TFSP") e *Performance Share Plan* ("PSP"), os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Companhia.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativo no Grupo Telefônica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação dividendo (*Total Shareholder Return* - "TSR") da ação da Telefônica e da Telefônica de acordo com a evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido, ao atingimento do FCF (*Free Cash Flow*) do Grupo Telefônica e da Telefônica Brasil, a neutralização ou compensação de emissões de R\$2 (a partir do Ciclo de 2021) e igualdade de gênero - presença de mulheres em posições de direção (a partir do Ciclo de 2024).

Em 31 de dezembro de 2024 o valor da cotação das ações da Telefônica era de 3.9370 euros.

Os principais planos em vigor em 31 de dezembro de 2024 estão detalhados a seguir:

- Talent for the Future Share Plan** ("TFSP"), para seus Gerentes Sêniores, Gerentes e Especialistas, em nível global:
 - Ciclo 2023-2025 (1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025): com 3 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 6.000 ações da Telefônica.
 - Ciclo 2024-2026 (1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026): com 2 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 3.000 ações da Telefônica.
- Performance Share Plan** ("PSP"), para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível global:
 - Ciclo 2022-2024 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 1 executivo ativo da Companhia, tendo o direito potencial de receber 7.034 ações da Telefônica.
 - Ciclo 2023-2025 (1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025): com 1 executivo ativo da Companhia, tendo o direito potencial de receber 7.406 ações da Telefônica.
 - Ciclo 2024-2026 (1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026): com 1 executivo ativo da Companhia, tendo o direito potencial de receber 7.078 ações da Telefônica.
- Performance Share Plan** ("PSP VIVO"), para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível local:
 - A Telefônica Brasil, controladora da Companhia, aprovou um plano de incentivo (*Performance Share Plan* ("PSP VIVO")) via unidades de performance, com liquidação em caixa ("Plano"). Os participantes do Plano farão jus à outorga de um determinado número de unidades representativas de (01) uma ação de emissão da Telefônica Brasil (VIVTS) ("Unidade" e "Ação"). Cada Unidade representa a expectativa do direito ao recebimento do valor integral de 01 (uma) Ação, a qual servirá de base, tendo em vista o número de Unidades recebidas, para determinar o valor do incentivo a ser pago pela Telefônica Brasil em dinheiro aos participantes.

Ciclo 2022-2024 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 1 executivo ativo da Empresa, tendo o direito potencial de receber o valor referente a 3.592 ações da Telefônica Brasil.
Ciclo 2023-2025 (1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025): com 1 executivo ativo da Empresa, tendo o direito potencial de receber o valor referente a 3.509 ações da Telefônica Brasil.
Ciclo 2024-2026 (1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026): com 1 executivo ativo da Empresa, tendo o direito potencial de receber o valor referente a 2.821 ações da Telefônica Brasil.

As despesas da Companhia e suas controladas com os planos de remuneração baseados em ações descritos a seguir, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 20), nos montantes de R\$32 e R\$624 para os exercícios fíndos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos consolidados do passivo dos planos de remuneração em ações eram de R\$97 e R\$1.207, respectivamente, incluindo tributos.

23. PLANO DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina em conjunto com outras Companhias do grupo, com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Administrador
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil
Visão Telefônica e Visão Multi	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	VisãoPrev
A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custeio de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.		
O valor justo dos ativos dos planos Visão Multi e Visão Telefônica são compostos principalmente por investimentos em renda fixa (NTNs, LTNs, Operações compromissadas, CDBs, debêntures, letras financeiras e cates FIDC) e investimentos em renda variável (investimentos em cotas de fundos de ações e índices de mercado).		
Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos Visão Multi e Visão Telefônica estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.		

A administradora dos planos de benefícios Visão Multi e Visão Telefônica (VisãoPrev), patrocinados pela Companhia, procura efetuar casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.

Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente, sendo que o rateio dos ativos dos planos foi efetuado com base no passivo atuarial da Companhia em relação ao passivo atuarial total dos planos.

Os ganhos e perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

A seguir, apresentamos informações resumidas dos planos Visão (Visão Multi e Visão Telefônica) e do plano Assistência médica - Lei 9.656/98.

a) Plano de Previdência Pós-Emprego: Planos Visão

A avaliação atuarial efetuada para os planos de previdência pós-emprego, os planos Visão Multi e Visão Telefônica, utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2024, projetado para 31 de dezembro de 2024 e o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2023, projetado para 31 de dezembro de 2023.

A Companhia patrocina, juntamente com outras patrocinadoras, planos de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (planos híbridos) de benefícios previdenciários administrados pela VisãoPrev, os planos Visão Multi e Visão Telefônica, os quais possuíam 123 participantes em 31 de dezembro de 2024 (99 participantes em 31 de dezembro de 2023), tendo sido adotado o método do crédito unitário projetado.

As contribuições realizadas pela Companhia referente às parcelas de contribuição definida totalizaram R\$651 em 31 de dezembro de 2024 (R\$511 em 31 de dezembro de 2023).

Os planos são viabilizados através de contribuições efetuadas pelos participantes e pelas patrocinadoras, creditadas em contas individuais. A Companhia é responsável, juntamente com outras patrocinadoras, pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção dos planos, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes.

As contribuições aos planos Visão Multi e Visão Telefônica são: (i) contribuição básica e adicional, com contribuições efetuadas pelo participante e patrocinadora; e (ii) contribuição suplementar, esporádica e específica, com contribuição efetuada apenas pelo participante. Além disso, os participantes têm a possibilidade de escolher um dos cinco perfis de investimento para aplicar o seu saldo, são eles: Super Conservador, Conservador, Moderado, Agressivo e Agressivo Renda Fixa Longo Prazo.

b) Plano de Benefícios de Saúde Pós-Emprego: Plano de assistência médica - Lei 9.656/98

A avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde Lei 9.656/98, o qual possuía 127 participantes em 31 de dezembro de 2024 (123 participantes em 31 de dezembro de 2023), utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de setembro de 2024, projetado para 31 de dezembro de 2024 e o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2023, projetado para 31 de dezembro de 2023.

Em atendimento à Lei 9.656/98, a Companhia administra e patrocina, juntamente com outras empresas do grupo, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano. Conforme previsão dos artigos 30 e 31 da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo. Os participantes em fase de benefício são classificados em aposentados e seus dependentes e demitidos e seus dependentes.

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos com partes relacionadas:

Empresas	Balanço Patrimonial		Demonstração do Resultado	
	Créditos com partes relacionadas	Obrigações com partes relacionadas	Custos, despesas e outras receitas (despesas)	Resultado financeiro
Telefônica Brasil	a) / b) / d) / e) / f) / g) / h)	23.401	12.623	21.228
Telefônica Global Solutions	b) / f) / h)	5.653	-	-
Telefônica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil	e) / f) / h)	6	70	2.705
Telefônica Infraestrutura e Segurança Brasil	b) / e) / f)	24	441	180
Terra Networks Brasil	b) / e) / f)	6.270	-	-
Acens Technologies	h)	-	-	2.088
Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech	c)	-	-	2.674
Outras	-	1.443	-	-
Total	35.354	13.134	30.318	12.428
Arrendamentos	-	-	11.262	-
Obrigações com partes relacionadas	-	-	1.166	-
Total	-	-	12.428	-

2023

Empresas	Balanço Patrimonial		Demonstração do Resultado	
	Créditos com partes relacionadas	Obrigações com partes relacionadas	Custos, despesas e outras receitas (despesas)	Resultado financeiro
Telefônica Brasil	a) / b) / d) / e) / f) / g) / h)	29.632	256	29.601
Telefônica Global Solutions	b) / f) / h)	3.475	-	20.763
Telefônica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil	e) / f) / h)	194	221	339
Telefônica Infraestrutura e Segurança Brasil	b) / e) / f)	751	-	-
Terra Networks Brasil Ltda.	h)	-	-	791
Acens Technologies	h)	-	-	2.340
Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech	c)	-	-	547
Outras	-	567	-	-
Total	34.140	477	55.139	11.212
Arrendamentos	-	-	10.950	-
Obrigações com partes relacionadas	-	-	262	-
Total	-	-	11.212	-

O pessoal-chave da Administração inclui os administradores da Companhia, os quais são remunerados pela controladora direta por suas atividades realizadas para todo o Grupo Telefônica.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

A Companhia avaliou seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

a) Instrumentos financeiros derivativos

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm principalmente o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira e proteção ao risco de variação da inflação de arrendamentos indexados ao IPCA. Não há instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os passivos riscos cambiais estão protegidos (*hedged*). A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação aos seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

Desde que estes contratos de instrumentos financeiros derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos instrumentos financeiros derivativos, conforme as regras de *hedge accounting*. Essa contabilidade de *hedge* se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de alteração de controle. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos embutidos.

b) Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e de instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da B3 e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para swaps, divulgadas pela B3.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na B3, sendo classificados como swaps, usualmente, não requerendo depósitos de margem.

Descrição	Valor de referência		Efeito acumulado do valor justo	
	31.12.2024	31.12.2023	Valor a receber	
			31.12.2024	31.12.2023
Contratos de swaps				
Ponta Ativa	44.991	23.385	1.840	229
Taxa pós	44.991	23.385	1.840	229
Euribor ⁽ⁱ⁾	44.991	23.385	1.840	229
Ponta Passiva	(44.991)	(23.385)	-	-
Taxa pós	(44.991)	(23.385)	-	-
CDI	(44.991)	(23.385)	-	-
Ponte ativa			1.840	229
Circulante				
Não Circulante			1.840	229



Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

CNPJ nº 35.473.014/0001-07

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de abril de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Novaes de Queiroz
Contador
CRC 1DF01232/O-2

